

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.433.244 - SP (2019/0014644-3)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : SILVIA MARIA SILVA TASSO
AGRAVANTE : FABIO ERNESTO TASSO
AGRAVANTE : HELIO ROSSI JUNIOR
AGRAVANTE : MARCELO VIEIRA DOS SANTOS
AGRAVANTE : CRISTINA RICCIARELLI
AGRAVANTE : CLEBER GABRIEL
AGRAVANTE : DOUGLAS ROBERTO DA SILVA PINTO
AGRAVANTE : JOAO BATISTA ALVES
AGRAVANTE : ARMANDO DA SILVA MOREIRA
AGRAVANTE : ISMAEL PAULO DE SOUZA
ADVOGADOS : WILLIAM LIMA CABRAL - SP056263
MARCUS VENICIO GOMES PACHECO DA SILVA - SP182940
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : MARISA MIDORI ISHII - SP170080

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial do SILVIA MARIA SILVA TASSO e OUTROS fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

SERVIDOR PÚBLICO. Servidor Estadual. Pretensão ao recálculo dos vencimentos, de acordo com a variação da URV, no período de março a junho de 1994. Ausência de demonstração de diferenças efetivamente devidas, considerando os reajustes concedidos pela Administração em cruzeiro real e a pretendida conversão em URV. Pretensão que implica alteração do limite de despesas com pessoal e dos reajustes posteriores. Circunstância que autorizaria a compensação com os reajustes concedidos. Não demonstração de que as alegadas diferenças subsistam, consideradas as compensações e a prescrição quinquenal das parcelas. Ainda que se admita diferença devida, oriunda do equívoco na conversão, ela cessa quando da fixação de novo padrão de vencimentos em real, em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria. Sentença que reconheceu a prescrição do fundo de direito. Recurso improvido, alterado o dispositivo para rejeição do pedido.

Os embargos de declaração foram rejeitados.

No especial, fundamentado no art. 105, III, a, da CF/1988, a parte recorrente aponta violação dos seguintes dispositivos:

(a) arts. 369, 370 e 378, todos do Código Civil Brasileiro, aduzindo que houve

desrespeito ao instituto da compensação, afirmando que as regras violadas estabelecem que as dívidas somente poderão ser compensadas se possuírem a mesma natureza, não sendo o caso dos autos, em que os valores possuem naturezas dispares e não foi observada a vontade de ambas as partes;

(b) art. 5º, II, XXII e XXXVI, da Constituição Federal, alegando que a decisão ingressou no tocante ao direito de propriedade dos recorrentes, desrespeitando a soberania da Constituição.

Houve contrarrazões.

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade fundado: (a) na não demonstração do dissídio jurisprudencial por falta de cotejo analítico; e (b) na incidência da Súmula 7/STJ.

Não houve contraminuta.

Insurge a parte agravante contra essa decisão, afirmando que, ao contrário do que supõe o juízo de admissibilidade, o recurso especial reúne condições de ser processado.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

Não conheço do agravo, por ausência de refutação da motivação utilizada no juízo de admissibilidade.

Da análise da petição de agravo de fls. 477/497 e-STJ, verifica-se que a agravante não impugnou, de forma específica, os fundamentos da decisão agravada relativo à não demonstração do dissídio jurisprudencial e à incidência da Súmula 7/STJ.

Dessa forma, não é possível conhecer do presente agravo, pois carece de fundamentação, atraindo as consequências previstas no art. 932, III, do CPC/2015, segundo o qual não se conhecerá do agravo que não tenha atacado específica e suficientemente todos os fundamentos da decisão agravada. A jurisprudência do STJ é assente no sentido de que a impugnação à fundamentação contida na decisão agravada deve ser específica e suficientemente fundamentada, não se admitindo impugnação genérica. In verbis:

Art. 932. Incumbe ao relator:

I - dirigir e ordenar o processo no tribunal, inclusive em relação à produção de prova, bem como, quando for o caso, homologar autocomposição

das partes;

II - apreciar o pedido de tutela provisória nos recursos e nos processos de competência originária do tribunal;

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ.

1. O agravo interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial que não impugna, especificamente, seus fundamentos não merece conhecimento, ante o óbice imposto pelo Súmula 182/STJ.

2. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que, para afastar a incidência da Súmula 182/STJ, não basta a impugnação genérica dos fundamentos da decisão agravada; é necessário que a contestação seja específica e suficientemente demonstrada.

3. Sendo obstado o recurso especial no despacho de admissibilidade, pela aplicação da Súmula 83/STJ, incumbia à agravante demonstrar, no agravo de instrumento, que a orientação jurisprudencial não foi pacificada no mesmo sentido do acórdão recorrido, ou então comprovar que o precedente indicado, por constituir situação diversa, não teria aplicação ao caso dos autos, que rejeitou os primeiros embargos de declaração opostos pelo embargante.

4. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que o teor da Súmula 83/STJ aplica-se, também, aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 389.962/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/10/2013, DJe 14/10/2013).

Por fim, ressalte-se, também, que o caso atrai a aplicação, por analogia, da Súmula n. 182 do STJ, in verbis: "É inviável o agravo do artigo 545 do Código de Processo Civil que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator